



Universidade do Minho

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade

2006: o ano da renovação administrativa das licenças da SIC e da TVI

Felisbela Lopes^{*}

**Lopes, F. (2007) “2006: o ano da renovação administrativa das licenças da SIC e da TVI”.
Anuário da Comunicação 2005-2006, OBERCOM, 250-257.**

Resumo:

Foi o ano da renovação das licenças de televisão dos canais privados, mas não houve qualquer debate em torno da evolução da oferta televisiva da SIC e da TVI. Foi o ano do Campeonato Mundial de Futebol cujos direitos de transmissão televisiva dos jogos pertenceram, em Portugal, à Sport TV (na totalidade) e à SIC (14 jogos), mas quem liderou as audiências foi a TVI. Foi o ano em que o grupo espanhol Prisa deu mais um passo para controlar o capital da TVI, mas não houve mudanças substanciais na grelha televisiva. Foi o ano em que os telespectadores deixaram de se interessar pelas “novelas da vida real”, mas os directores de programas substituíram esse amplo espaço por mais do mesmo: ficção nacional. Houve novidades a merecer aplauso: a RTP instituiu o cargo de Provedor do Espectador, concedendo-lhe um programa semanal em horário nobre (*A Voz do Cidadão*); a TV Cabo abriu portas a mais um projecto televisivo, o Porto Canal, vocacionado para uma informação mais atenta ao norte do país, nomeadamente à zona metropolitana do Grande Porto; o serviço público de televisão consolidou uma oferta televisiva distinta das estações generalistas privadas quer ao nível do entretenimento (salientam-se, por exemplo, *Dança Comigo* e *Diz que é uma espécie de magazine*), quer ao nível da informação (a partir de Setembro, a RTP1 emite em horário nobre programas de géneros variados: grande-entrevista, reportagem, debate, comentário político...). No entanto, 2006 caracterizou-se por muitos ruídos: a SIC e a TVI continuaram a ser, depois do noticiário das 20h00, canais temáticos de entretenimento, contrariando a deliberação 1-L/2006, de 20 de Junho, da Entidade Reguladora da Comunicação Social que estipula grelhas diversificadas para ambas as estações; o canal generalista público foi acusado de ceder a pressões do Governo que iriam no sentido de censurar a cobertura dos incêndios de Verão.

Palavras-chave: licenças de TV, canais privados, operador público.

^{*} Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Portugal.
[felisbela@ics.uminho.pt]

A renovação administrativa das licenças de TV

O ano da oportunidade perdida para discutir no espaço público a televisão privada portuguesa: foi assim 2006. Apesar das licenças de televisão terem sido atribuídas por um período de 15 anos, vigorando, portanto, até ao início de 2007, a SIC e a TVI solicitaram essa renovação à Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) a 31 de Maio de 2005 (a SIC) e a 30 de Junho de 2005 (a TVI). Passado um ano, o silêncio à volta deste processo continuava a pesar¹. Ao longo desse tempo, os políticos envolveram-se em acumulativas suspeições e sucessivas audições parlamentares a respeito da futura titularidade da TVI. Pela nossa parte, estranhámos o mutismo à volta daquilo que deveria constituir o centro das discussões: a evolução da oferta televisiva dos dois canais privados. Nestes anos, houve mudanças profundas. Inevitáveis? Até certo ponto, sim, mas a grelha televisiva dos canais privados desvirtuava completamente os projectos que o Governo escolhera como vencedores das respectivas concessões no polémico Conselho de Ministros de 6 de Fevereiro de 1992 que teve como porta-voz dessa decisão o ministro da Presidência, na altura Luís Marques Mendes. Nunca do poder político se escutou qualquer intervenção coerente e aprofundada a este nível. Da AACS também se desconhecem estudos sobre a matéria. Todavia, o órgão regulador que a substituiu, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), que tomou posse a 17 de Fevereiro de 2006, não deixou passar o processo de renovação das licenças de televisão sem a apresentação de um documento que fixasse algumas linhas orientadoras para a SIC e para a TVI. Na (extensa) deliberação 1-L/2006 com a data de 20 de Junho (102 páginas), a ERC estabelece os fundamentos da sua decisão de renovar as licenças aos operadores privados, afirmando que, *“relativamente a algumas obrigações assumidas pelos operadores televisivos – quer por decorrência directa da lei, quer porque a isso se comprometeram na apresentação da respectiva candidatura (em 1990) ou em momento posterior – se*

¹ No Verão de 2005, Governo e partidos da oposição envolveram-se numa polémica à volta da (futura) titularidade da TVI, depois de o grupo que detém a respectiva propriedade, a Media Capital, ter assinado uma opção de venda de acções com a Prisa, um dos grupos económicos mais poderosos em Espanha. Convém esclarecer dois pontos. Primeiro: a Lei da Televisão então em vigor não apresentava impedimentos à entrada de capital estrangeiro nas empresas privadas de televisão. Segundo: a lei que enquadra a actividade da AACS conferia-lhe poderes exclusivos para renovar ou fazer cessar as licenças de televisão, não se prevendo nesse processo qualquer intervenção do Governo (Lopes, 2006).

*verifica um cumprimento pouco satisfatório*². Os canais privados consideraram esta deliberação abusiva (“Diário de Notícias, 8 de Agosto de 2006).

Paralelamente ao documento que a ERC produziu aquando da renovação das licenças dos canais privados, outro dos assuntos a levantar polémica foram as propostas de reformulação da Lei da Televisão e de reestruturação da concessionária de serviço público de rádio e de TV, aprovadas em Conselho de Ministros a 16 de Novembro de 2006. Esses anteprojectos prevêem a integração do canal 2: numa concessão única de serviço público³, novas regras para a atribuição de licenças de televisão (no contexto da TV digital terrestre) e uma fiscalização mais alargada das obrigações definidas em contrato pelos operadores. Como exemplo, a proposta de lei – alvo de uma consulta pública até 15 de Dezembro – quer acabar com o fenómeno de contra-programação, proibindo a alteração das grelhas de programas 48 horas antes da emissão dos conteúdos. Foi exactamente essa alínea que levantou mais contestação por parte dos canais privados. Francisco Pinto Balsemão, presidente do Conselho de Administração da SIC, assegura que a nova proposta de Lei de Televisão abre portas a “*mecanismos comparáveis à censura a posteriori, além de tornar mais desleal a já desleal concorrência da RTP às televisões privadas*” (“Correio da Manhã”, 13 de Dezembro de 2006). José Eduardo Moniz, director-geral da TVI, garante que esta iniciativa legislativa permite a “*intromissão do Governo*” na programação (“Público”, 23 de Novembro de 2006).

² Nesse documento, salientam-se alguns aspectos de incumprimento. Da parte da SIC: diminuição progressiva do número de jornais informativos: quatro em 1990; três em 1999; dois em 2005; desaparecimento de programas especializados no campo da reportagem nacional e internacional, da entrevista e do debate com autonomia relativamente aos blocos informativos das 13h00 e das 20h00, em claro incumprimento dos compromissos assumidos em 1999; eliminação do *flash* informativo diário, contemplado no projecto de 1999; emissões destinadas a públicos infantis remetidas para horários pouco adequados, de segunda a sexta e desaparecidos da grelha de programas em 2006; programação cultural com presença reduzida na grelha e emitida em horários de audiência diminuta. Da parte da TVI: emissões destinadas a públicos infantis remetidas para o fim-de-semana (o compromisso assumido em 1999 envolvia programas infantis nas manhãs de segunda a domingo e nas tardes dos dias úteis); programação cultural esporádica e emitida em horários de audiência reduzida; ausência de programas especializados no campo da reportagem nacional e internacional, da entrevista e do debate, autónomos em relação aos blocos informativos das 13h00 e das 20h00, em claro incumprimento dos compromissos assumidos em 1999; eliminação do *flash* informativo diário contemplado no projecto de 1999.

³ Em 2003, o Governo PSD definiu o canal A 2: como canal da sociedade civil e estipulou um prazo de oito anos para alienar definitivamente a sua concessão. Com a nova proposta para a Lei de Televisão, o canal regressa às mãos do Estado.

A suspeição de pressões políticas sobre a RTP

Ao longo dos anos, a RTP foi sempre colocada sob suspeita relativamente à sua (in) dependência face ao poder político, em grande parte porque nenhum Governo ousou passar para outro órgão a nomeação do Conselho de Administração daquela empresa. Em Agosto de 2006, o serviço público de televisão foi alvo de uma das mais energéticas acusações de governamentalização da informação. Com repercussões de vária ordem. Na génese dessas imputações, esteve uma proposta que, em Maio, partiu da RTP no sentido da auto-regulação das televisões na cobertura dos incêndios. Os canais privados rejeitaram a ideia. Em declarações ao “Diário de Notícias” (19 de Maio de 2006), Alcides Vieira, responsável pela Informação da SIC, afirmava que “os incêndios não se combatem escondendo-os”, enquanto que o director-adjunto de Informação da TVI, Mário Moura, deixava a seguinte pergunta: “*querem uma televisão cor-de-rosa?*”. Não contando com a subscrição dos canais concorrentes, o serviço público de TV elabora um pequeno documento que intitula “*guidelines RTP para cobertura de incêndios florestais*”. Evitar a repetição de imagens; procurar o maior rigor da informação transmitida; incutir ritmo à narrativa; promover apenas directos dos incêndios de maior gravidade; ser comedido nas entrevistas aos populares; noticiar a extinção dos incêndios que foram alvo de notícia mais alargada são alguns dos vectores que merecem considerações apresentadas de forma concisa. A 20 de Agosto, na sua habitual coluna do “Público” *Olho Vivo*, Eduardo Cintra Torres escreve um artigo intitulado “*Como se faz censura em Portugal*”. Nesse texto, o crítico de televisão apresenta o *Telejornal* de 12 de Agosto como “*exemplo do que tem sido em geral esta nova forma de censura na RTP*”⁴. Garantindo dispor de “*informações*” que “*indicam que o gabinete do primeiro-ministro deu instruções directas à RTP para se fazer censura à cobertura dos incêndios*”, Eduardo Cintra Torres conclui assim:

⁴ Da análise comparativa dos noticiários das 20h00 dos canais generalistas, Eduardo Cintra Torres apresenta os seguintes dados: “*Nesse dia, o Jornal da Noite (SIC) dedicou seis das suas 33 notícias exclusivamente aos incêndios mais graves do dia, o que correspondeu a 27,7% da sua duração. Deu ainda outras quatro notícias relacionadas com o tema (presumíveis incendiários, prevenção, Galiza, etc.). Este noticiário abriu com 5 notícias seguidas sobre incêndios e voltou ao tema com dois grupos de notícias na sua segunda metade. O Jornal Nacional (TVI) também abriu com os incêndios mais graves, a que dedicou as suas sete primeiras notícias, dum total de 38. Os incêndios ocuparam 21,8% do noticiário. Ambos os canais privados fizeram três directos aos principais fogos. E o Telejornal (RTP)? Não fez nenhum directo. Remeteu os incêndios para a 18ª notícia de 28, já depois do desporto. As três únicas notícias sobre incêndios activos (...) totalizaram 1m50.*”

“O governo está a recorrer a métodos ilegítimos para impedir a informação livre aos cidadãos de Portugal sobre os incêndios, quer no terreno, quer nas instruções que dá à RTP. E a Direcção de Informação da RTP está, na prática informativa, a vergar-se por completo ao interesse político do governo do momento.”

A Direcção de Informação da RTP reagiu em bloco a este artigo, recusando as acusações. Não tardou muito para fontes do PSD, nomeadamente o deputado Agostinho Branquinho, acusar novamente a RTP de ingerência política. Face a isto, a ERC abriu um processo de averiguações dos factos, apresentando, a 7 de Dezembro, juntamente com um *Relatório da Cobertura Jornalística de Incêndios Florestais*, a sua posição relativamente ao texto de Eduardo Cintra Torres e às declarações de Agostinho Branquinho. Em conferência de imprensa, o presidente da ERC declarou o seguinte: *“O Conselho Regulador não tem quaisquer indícios que sugiram quebra na obrigação de independência da RTP face ao poder político na cobertura da época de incêndios florestais”* (*“Diário de Notícias”*, 8 de Dezembro de 2006). O caso transitou para 2007, na medida em que a Direcção de Informação da RTP, dizendo-se vítima de difamação, fez seguir esta polémica para os tribunais.

Informação desvalorizada nos canais privados e com mais espaço na RTP1

Nos primeiros meses do ano, a maior novidade no campo da informação foi a mudança de imagem dos noticiários da SIC: novo estúdio, novo grafismo, novo genérico. Inaugurada a 6 de Outubro de 1992, a estação de Carnaxide abriu as suas emissões com um noticiário cujo estúdio apresentava uma janela de vidro aberta para a redacção. Pela primeira vez em Portugal, deixava-se ver a zona de retaguarda das notícias: o lugar onde elas são fabricadas. Essa janela permaneceu aberta até 20 de Fevereiro de 2006. Nesse dia, a primeira estação privada portuguesa resolveu correr a cortina, aproveitando as paredes do estúdio, nomeadamente aquela que está atrás do pivot, como base de trabalho para uma tecnologia virtual que tanto poderá construir a imagem do planeta Terra captada a partir do espaço e em movimento, como uma infografia ou imagem do acontecimento que está a ser anunciado. Face à versatilidade do novo estúdio, prometia-se uma aposta forte nos comentários, na análise e na reportagem (*“Diário de Notícias”*, 17 de Fevereiro de 2006). Até ao final do ano, pouco mais se viu nos noticiários da SIC do que esta operação cosmética.

À semelhança daquilo que havia feito (sem sucesso) em 2002⁵, a SIC voltou a apostar, em Março de 2006, num programa de informação para as primeiras horas da manhã (7h00-10h00) que substituiu a programação infantil. O *Programa da Manhã*, apresentado pelo jornalista Pedro Mourinho e por Vanessa Oliveira (vinda da TVI, onde apresentava as notícias do *reality show 1ª Companhia*), mistura informação com entretenimento. Trata-se de uma aposta do director de programas, Francisco Penim, a envolver também a direcção de informação cujo director Alcides Vieira fez a seguinte caracterização do formato: “*Não é um telejornal de três horas, é um programa variado (...). Será um programa útil, próximo dos portugueses, que interaja com eles, que os ajude a despertar de forma simpática*” (“Público”, 4 de Março de 2006). Do lado dos canais generalistas, este programa contava com a concorrência na RTP 1 do *Bom Dia Portugal* (no ar desde Fevereiro de 2002) e na TVI do *Diário da Manhã* (que estreou em Outubro de 2003). O primeiro mês de coabitação com os formatos concorrentes foi desencorajador. Segundo dados da Marktest, de 6 de Março a 6 de Abril, a SIC teve uma audiência média de 0,4% (10,3% de *share*), enquanto a RTP1 conseguiu 1,3% (36%) e a TVI registou 0,9% (20,5%) (“Diário de Notícias”, 11 de Abril de 2006). Consequência imediata: o coordenador do *Programa da Manhã*, o jornalista Luís Costa Ribas, abandonou as suas funções, sendo substituído pelo jornalista Frederico Roque Pinho. O programa sofreu várias interrupções justificadas pelos períodos de férias e desapareceu da grelha de Outono. Tratou-se, decerto, de uma aposta fracassada da SIC.

Face ao vazio informativo que os canais generalistas privados apresentam em horário nobre depois do noticiário das 20h00, é relativamente fácil o serviço público de televisão adquirir alguma singularidade. Nos primeiros meses do ano, a RTP1 não tem muitas novidades, exceptuando a substituição da jornalista Ana Sousa Dias pela editora de política da Antena 1 Maria Flor Pedroso na moderação d’ *As Escolhas de Marcelo*. Antes do período de férias, salienta-se o reaparecimento de um género em que a RTP tinha já alguma tradição: a grande-reportagem. A 9 de Maio, estreia, em horário nobre, *Em Reportagem*, com um trabalho intitulado “*Órfãos de Pátria*”. Neste primeiro programa, da responsabilidade do jornalista António Mateus, o tema em destaque é o destino dos comandos africanos que combateram na Guiné durante a guerra colonial, integrados no Exército Português. É, no entanto, a partir de Setembro, que a RTP1 consolida, em horário nocturno, uma linha de programação variada e apostada numa

⁵ A 21 de Janeiro de 2002, a SIC estreou *Informação da Manhã*. Este programa foi interrompido para férias e na grelha de Outono foi substituído por *Iô-Iô*, um programa destinado ao público infantil cuja apresentação foi entregue à modelo Marisa Cruz.

oferta televisiva que, às primeiras horas da noite, se reparte por programas informativos, formativos e de entretenimento.

Numa conferência de imprensa promovida a 7 de Setembro de 2006, um dos administradores da RTP, Luís Marques, anunciou que o *prime-time* da RTP mudaria a partir do dia 11 de Setembro. O *Telejornal* reduziria a sua duração para 60 minutos e, diariamente, os telespectadores passariam a dispor de uma oferta televisiva com variados géneros (in) formativos. Esta anunciada linha horizontal diversificada apenas se torna possível traçar devido a um trabalho que já vinha sendo desenhado há algum tempo. Dos programas que permanecem em grelha, constam: *Grande Entrevista* (que estreou em Abril de 1998, com a moderação de Judite de Sousa), *Prós e Contras* (que surgiu em Outubro de 2002, apresentado por Fátima Campos Ferreira), *As Escolhas de Marcelo* (que apareceu em Fevereiro de 2005), *Notas Soltas* (inaugurado por António Vitorino em Maio de 2005) e *Em Reportagem* (aparece em Maio de 2006). A estes formatos, juntam-se, a partir de 15 de Setembro, *Cuidado com a Língua*, um programa conduzido por Diogo Infante, que, nas palavras do apresentador, visa “*estimular o culto da língua portuguesa*” (“Diário de Notícias”, 8 de Setembro de 2006) e, a partir de 16 de Setembro, *A Voz do Cidadão*⁶, da responsabilidade do Provedor do Telespectador da RTP, Prof. Paquete de Oliveira. Com base numa análise feita às mensagens enviadas, cada emissão escolherá um tema para tratar, dando voz às queixas dos telespectadores e aos responsáveis visados por esses reparos.

Em 2006, a SIC e a TVI nunca procuraram clonar qualquer formato de debate ou de grande-entrevista da RTP1, apesar de ambas as estações privadas terem um passado com várias experiências nesses géneros informativos, como constatámos ao longo da pesquisa feita no âmbito da nossa tese de doutoramento, que incidiu sobre a programação informativa não-diária dos canais generalistas portugueses entre 1993 e 2003 (Lopes, 2005). No entanto, ao longo do ano, a SIC nunca perdeu de vista um género que vinha sendo esquecido nos outros canais generalistas: a grande-reportagem. No primeiro semestre, o canal de Carnaxide optou por incluir este género de trabalho jornalístico no *Jornal da Noite* de Domingo e, a partir de Setembro, tornou-o autónomo do noticiário de fim-de-semana, com o nome *Reportagem SIC*⁷. Talvez esta opção

⁶ A Lei n.º 2/2006, de 14 de Fevereiro, institui que o provedor, entre outras competências, deve: “assegurar a edição, nos principais serviços de programas, de um programa semanal sobre matérias da sua competência, com uma duração mínima de quinze minutos, a transmitir em horário adequado”.

⁷ A SIC estreou-se neste género de programas com *Grande Reportagem* em 1996. O primeiro programa, que foi para o ar a 16 de Maio de 1996, apresentou o trabalho “*Os meninos de Angola*”, assinado pela jornalista Cândida Pinto que, posteriormente, foi alvo de vários prémios.

editorial tenha sido influenciada pelo ressurgimento, em Maio, do formato *Em Reportagem*⁸ na RTP1 ou, então, pela aposta que a estação pública proclamava estar a fazer no campo da informação. Confrontado com as razões que levaram à autonomização do género, o director de Informação da SIC, Alcides Vieira, responde assim: “*estamos a redefinir o conceito dos telejornais do fim-de-semana, uma vez que os telespectadores estão mais disponíveis para ver outro tipo de informação. Vamos prolongar o espaço da informação ao domingo, por acharmos que é um dia de maior disponibilidade ao fim-de-semana*” (“Diário de Notícias”, 25 de Setembro de 2006). À mesma hora, na RTP1, ia para o ar *As Escolhas de Marcelo*.

O ressurgimento dos programas de reportagem na RTP1 e na SIC

Apesar de irem para o ar em dias diferentes, podemos estabelecer alguns paralelos entre *Em Reportagem*, da RTP1, e *Reportagem SIC*. Escolhemos a variável temática como linha orientadora nessa comparação.

Coordenado pelo jornalista Cesário Borga, *Em Reportagem* apresenta-se como um programa de curta duração (15-25 minutos) onde semanalmente cabe um trabalho que poderá ser caracterizado como uma média-reportagem. Segundo o director de Informação da RTP, Luís Marinho, este formato “*completará o arco da informação que se tem vindo a disponibilizar. Depois da entrevista, do debate, do comentário, faltava a reportagem*” (“Jornal de Notícias”, 8 de Maio de 2006). A partir de 9 de Maio de 2006, eis o regresso deste género jornalístico ao horário nobre da estação pública. Percorrendo a selecção temática, nota-se uma certa inclinação por temas internacionais que ultrapassam a agenda noticiosa, criando-se assim uma noticiabilidade para lá dos assuntos do dia. No primeiro programa, aborda-se o destino dos comandos africanos que combateram na Guiné durante a guerra colonial; em Outubro destacar-se-á John Oliveira, porta-voz da Marinha dos EUA no Iraque e no Afeganistão; em Novembro falar-se-á dos soldados desmobilizados da guerra que, em Angola, lutam pela reintegração social; em Dezembro procurar-se-á perceber qual a singularidade da Finlândia, um país que é muitas vezes apontado como um exemplo a seguir por nós. Quando o tema foi a educação, criou-se um meta-acontecimento, ampliado por debate

⁸ A RTP soma vários programas neste género jornalístico. O último programa da estação pública formatado para emitir reportagens chamava-se *Grande Repórter* e terminou em 2003.

que se seguiu à exibição da reportagem e que se estendeu, nos dias seguintes, a vários organismos. A 30 de Maio, a jornalista Mafalda Gameiro apresentou o trabalho “*Quando a violência vai à escola*” em que, com o recurso a uma câmara oculta, mostrava agressões entre alunos e aos professores nas salas de aula. O Ministério da Educação teceu duras críticas a este procedimento jornalístico que, no entanto, foi louvado pelo Conselho Deontológico dos Jornalistas numa nota emitida a 7 de Julho onde se argumentava que se estava perante um “*documento oportuno sobre uma situação social perigosa que atinge numerosas escolas*”. A 27 de Julho, a ERC, em resposta a uma queixa apresentada pela Direcção Regional de Educação de Lisboa contra a RTP, condenava a estação pública quer pelo uso da câmara oculta que considerava “*desadequado e abusivo, violando direitos fundamentais dos alunos captados por essas câmaras e induzindo (...) a comportamentos discriminatórios*”, quer pelas “*negociações*” prévias para a sua utilização (Deliberação 6-Q/2006). Em *Reportagem* conseguiria ainda criar uma agenda mediática noutras alturas. Por exemplo, quando retratou a extrema-direita em Portugal (5 de Junho)⁹. Paralelamente à capacidade para marcar, aqui e ali, a agenda noticiosa, este programa salientou-se por puxar as margens para o centro do espaço público mediático. Por exemplo, quando distinguiu o trabalho de um grupo de jovens que, independentemente das instituições e grupos de voluntariado, ajuda os sem-abrigo (18 de Outubro) ou quando foi à procura de agentes da PSP com distúrbios psicológicos (8 de Novembro).

Grande Reportagem estreou, na SIC, em 1996 e, ao longo destes anos, passou por várias edições descontínuas no tempo. A última, enquanto programa autónomo, foi em 2003. Antes do ano terminar, a SIC apertou este formato no alinhamento do *Jornal da Noite* de domingo. Nem sempre a edição de fim-de-semana contou com este género jornalístico, mas, nos primeiros meses de 2006, as reportagens mais alargadas foram parte integrante do noticiário de domingo. A partir de Setembro, este género autonomizou-se num programa isolado e é partir daí que fazemos a sua análise temática.

Com uma linha editorial substancialmente diferente do programa concorrente da RTP1, *Reportagem SIC* valorizou sobretudo histórias de vida: de pessoas que vivem em quartos alugados em pensões (1 de Outubro); de mulheres e crianças vítimas de violência doméstica (12 de Novembro); dos alpinistas portugueses que se aventuraram

⁹ Na sequência desse trabalho jornalístico, em que um dirigente da Frente Nacional defendia a ideologia de extrema-direita e o uso de armas (que exibiu para as câmaras de TV), a PSP procedeu, no dia seguinte, a uma busca domiciliária da qual resultaram a detenção desse homem e a apreensão de uma espingarda caçadeira, de um revólver e de outros materiais proibidos (“Jornal de Notícias”, 6 de Julho de 2006).

numa excursão ao Shisha Pangma, a montanha do Tibete que os Antigos veneravam como o “Trono dos Deuses” (26 de Novembro); de pessoas que lutam por ultrapassar graves contrariedades (3 de Dezembro); de rostos anónimos que procuram comida no lixo (12 de Dezembro). Assinale-se também a preferência por temas do campo da educação, neste caso acompanhando os ritmos lectivos. No início do ano, destacaram-se as seguintes realidades: a escola primária (8 de Outubro); os estudantes universitários que foram para a República Checa para aí ingressarem num curso de medicina (29 de Outubro); e, antes das aulas começarem no Ensino Superior, aqueles que, com uma licenciatura, um mestrado ou um doutoramento, não arranjam emprego (24 de Setembro). É essa possibilidade de explorar inesperados ângulos de campos ultra-mediatizados que confere um lugar ímpar a estas reportagens mais alargadas.

Embora nem sempre a SIC tenha valorizado este formato vocacionado para a média e longa reportagem, sublinhe-se que este género de trabalhos tem sido alvo de sucessivos prémios de jornalismo.

Quadro nº 1: Temas dos programas *Em Reportagem* e *Reportagem SIC* em 2006

	Política	Questões Internacionais	Agric./Indús.	Educação	Saúde	Micro Econ	Assuntos Profissionais	Solidariedade	Lazer	Histórias/estilos de vida	Infância/Juventude
<i>Em Reportagem</i>	1	4	1	1	2	1	1	1	1	1	1
<i>Reportagem SIC</i>	-	1	-	3	1	-	1	-	-	6	-

Tão tributário do acontecimento pendurado no tempo presente, o jornalismo esquece, com bastante frequência, o passado. Alguns dos trabalhos jornalísticos inseridos nos programas de reportagem procuraram recuperar esse fio temporal, embora o ângulo privilegiado fosse o da actualidade. Em Novembro, a SIC criou um formato que, de certa forma, poderia constituir-se como um espaço de memória perante o esquecimento que o veloz fluxo noticioso motiva. A ideia de recuperar e actualizar reportagens antigas cujo rasto se perdeu era excelente, mas ao circunscrever o formato a uma rubrica do *Jornal da Noite* de sábado dava-se um sinal de desvalorização daquele que poderia ser um excelente projecto jornalístico. Essa “*espécie de ajuste de contas*” (“Diário de Notícias”, 14 de Novembro de 2006) que a coordenadora deste espaço, a

jornalista Sofia Pinto Coelho, prometia fazer viu-se, logo à partida, perante um constrangimento: ajustar o ritmo dos trabalhos ao formato de um noticiário. A SIC, mais uma vez, optou por reforçar a informação sem praticamente mexer na grelha, compelindo a entrada de novos géneros/rubricas nos noticiários das 20h00 que se convertem assim numa espécie de albergue espanhol que desvirtua o conceito de telejornal enquanto género televisivo. No entanto, regista-se o esforço de tornar distinto ao fim-de-semana o espaço de informação diária da SIC.

Ágoras abertas a uma elite

Considerando-se que os programas de informação televisiva, nomeadamente os formatos de conversação televisiva, ajudam a desenhar o espaço público contemporâneo, os temas que essas emissões tratam assumem particular importância. Ao inscreverem determinados assuntos para discussão, os jornalistas situam essas trocas verbais num quadro particular de acção, criando ágoras mediáticas (teoricamente) abertas ao debate de múltiplas questões com um conjunto diversificado de interlocutores. Em 2006, os debates e as grandes-entrevistas apenas encontraram espaço no canal generalista de serviço público¹⁰ (excluimos desta análise os canais temáticos). Percorrendo os assuntos que constituíram o mote para essas emissões, notou-se uma tendência para discutir determinados tópicos. Foi assim entre 1993 e 2005 (Lopes, 2005). Foi também assim em 2006.

Sendo o único programa de debate nos canais generalistas, *Prós e Contras* foi o *forum* das grandes questões nacionais, principalmente daquelas que integravam a agenda governativa. As primeiras emissões de 2006 desviaram-se um pouco desta rota e, com isso, fomentaram discussões mais alargadas¹¹. No entanto, foi a política do

¹⁰ Na noite de 16 de Novembro, a SIC generalista emitiu uma grande-entrevista com o Presidente da República, Cavaco Silva. Como não tinha na grelha nenhum programa para esse género, transferiu da SIC Notícias o formato *Outras Conversas*, da jornalista Maria João Avillez, colocando aí o entrevistado. À mesma hora, Judite de Sousa conduzia, na RTP1 mais uma emissão de *Grande Entrevista*, com o convidado Pedro Santana Lopes, ex-primeiro-ministro que lançara havia três dias um livro sobre o agitado período da sua governação. No embate de audiências, ganhou a RTP1.

¹¹ A 2 de Janeiro, procurou-se fazer “o retrato sociológico dos portugueses”; a 16 de Janeiro, analisou-se “a alma da Nação”; a 23 de Janeiro, perspectivou-se “o país em mudança”; a 5 de Maio, destacaram-se “os novos colonizadores”, ou seja, as imigrações que se espalhavam pelo país.

Governo que ocupou maior número de emissões¹². Um dos tópicos valorizados foi o do “trabalho/reforma” que reuniu emissões onde se discutiram temas como a difícil situação na Segurança Social (30 de Outubro), o desemprego (20 de Fevereiro) e o futuro das nossas reformas (1 de Maio e 2 de Outubro). Do amplo anfiteatro da Casa do Artista, onde *Prós e Contrás* instalou o seu palco de debate, não se esperam discussões sobre micro-realidades. O caso particular está naturalmente presente nos vários depoimentos que a moderadora, num exercício de difícil gestão da palavra dos convidados, vai solicitando àqueles que se sentam na primeira fila da sala. Todavia, é para os macro-temas que se orienta este programa, que privilegia ângulos de conversa centrados na actuação política face a determinados campos sociais. Sublinhe-se a atenção dada aos *media*, um tópico que a televisão tem dificuldade em integrar em programas de debate. A 6 de Março, a jornalista Fátima Campos Ferreira interrogou o presidente da Entidade Reguladora da Comunicação Social sobre as linhas de acção daquele novo órgão; e a 22 de Maio procurou discutir, com jornalistas, políticos e responsáveis por agências de comunicação, “*quem manda no jornalismo*”.

Quadro nº 2: Temáticas do programa *Prós e Contrás* (RTP1) em 2006

Política	Quest. Internac.	Macro Econ.	Educação	Saúde	Justiça	Religião Crença	Cultura	Media	Assuntos Profissionais	Trabalho Reforma	Retratos do país	Desporto
6	2	3	2	3	1	1	1	2	1	4	4	2

No que diz respeito aos convidados, *Prós e Contrás* e *Grande Entrevista* destacaram as elites, nomeadamente as políticas, as mais bem treinadas na arte de colocar o poder em cena, as mais capazes para representar uma dramaturgia democrática, as mais habituadas a conciliar um discurso persuasivo com as exigências mediáticas. A *Grande Entrevista* convidou prioritariamente quem ocupava cargos de relevo em instituições com uma certa centralidade política (Governo, Parlamento e direcções de partidos com assento parlamentar), funcionando as emissões como momentos de legitimação do poder instituído. Assinalem-se excepções como as de Ana

¹² Com o ministro das Finanças, falou-se, a 9 de Janeiro, do “*fim das ilusões*”; um ano depois das eleições legislativas em que o PS alcançou maioria absoluta, perguntou-se, a 13 de Março, “*para onde vai o país*”; novamente com o ministro das Finanças debateu-se, a 3 de Abril, “*a reforma do Estado*”; face a um novo quadro legislativo, evidenciou-se, a 16 de Outubro, a futura Lei das Finanças Locais; de novo com o Ministro das Finanças fez-se, a 6 de Novembro, “*a prova dos nove*”.

Maria Caetano, a filha de Marcelo Caetano, convidada pela passagem do centenário de nascimento do pai (17 de Agosto); do escritor António Lobo Antunes, entrevistado no dia em que lançou o livro *Ontem não te vi em Babilónia* (26 de Outubro); de Rui Veloso, a comemorar os 25 anos de carreira (23 de Novembro); ou de Fernando Póvoas, especialista em medicina estética, que conversa com Judite de Sousa pouco tempo após a morte de uma modelo brasileira devido à anorexia (30 de Novembro). *Prós e Contrás*, para além dos políticos, deu prioridade a mais três grupos: aos académicos (oriundos dos mais variados campos científicos), aos economistas/empresários (pertencentes aos sectores mais bem sucedidos) e aos representantes de associações e sindicatos (a classe trabalhadora não tem grande espaço na medida em que se privilegiaram aqui representantes de grupos de elite ou de actividades desportivas). Poder-se-á apontar a natureza elitista dos palcos de *Prós e Contrás*, censurar-lhe a selecção de convidados centrada naqueles que habitam os corredores do poder (político, económico e académico) instalado em Lisboa; criticar o esquecimento das vozes no feminino ou daqueles que não falam em nome de uma instituição ou profissão, mas que deveriam ter direito a uma opinião. Todavia, dever-se-á igualmente sublinhar que Fátima Campos Ferreira conseguiu várias vezes painéis de convidados pouco comuns em debates televisivos. Por exemplo, a 11 de Setembro, colocou frente-a-frente Mário Soares e Pacheco Pereira para pensar o mundo cinco anos após o 11 de Setembro; a 18 de Setembro, colocou a ministra da Educação frente a uma plateia de professores; a 25 de Setembro, trouxe até à Casa do Artista o antigo primeiro-ministro espanhol José Maria Aznar para discutir com empresários e pensadores portugueses as relações ibéricas.

**Quadro nº 3: Perfil dos convidados dos programas de informação semanal
da RTP 1 em 2006**

Progra- mas	Políti- cos	Car- gos	Profs Invest.	Juris- tas	Jornal. Analís- tas	Econ. Empres.	Médic. Psi	Enge- nheiros	Mili- tares	Profs	Reli- gioso	Indust. Cultur.	Sind. Assoc	Person. Intern.
<i>Prós e Contrás</i>	27	8	33	6	6	16	4	4	2	2	7	6	19	1
<i>Grande Entrevista</i>	13		1	1	1	1	1					2	1	

Somados os convidados de ambos os programas, evidencia-se a visibilidade da classe política. O interesse de quem promove e participa nas emissões é mútuo. Se numa sociedade democrática quem detém o poder político vê nos programas

informativos o seu principal palco de exposição e, conseqüentemente, de rentabilização de popularidade, quem conduz tais formatos encontra nesse grupo aquilo a que Pierre Bourdieu chama “*poder simbólico*”, que atrai alguma audiência e a garantia de que as respostas nunca serão monossilábicas, mas dadas num registo algo empolgado no qual se misturam razão e emoção. Estamos aqui ao nível de um “*saber-opinião*” cuja verdade não é exterior ao sujeito empírico, mas intrínseca a quem fala e representativa de um sujeito colectivo, o que acentua (mais) uma selecção personalizada orientada por critérios de notoriedade. Num livro em que fala das entrevistas que conduz na RTP1, a jornalista Judite de Sousa interroga-se se “*os políticos estão reféns dos media*” para afirmar o seguinte: “*A observação e a experiência dizem-me que sim. A necessidade que os políticos têm de aparecer na TV alterou a natureza do capital necessário para terem êxito na política*” (2002: 16). De facto, a teatralidade intrínseca à acção política e presente em qualquer diálogo acentua-se à medida que os *media*, nomeadamente a televisão, ocupam o centro da vida política. Se quem fala na TV são as elites, elas perpetuam-se no poder de acordo com a capacidade de circulação no espaço público televisivo. “*Quem não aparece nos media não existe para a realidade política e quem aparece esporadicamente e com uma imagem disfuncional será um elemento marginal*”, escreve Sanchez Noriega (1997: 244), que reconhece igualmente que “*hoje seria improvável que alguns líderes de épocas pré-mediáticas tivessem existido*” (1997: 254)¹³.

Concisão naquilo que se diz e expressividade na forma como se diz são actualmente traços exigidos ao discurso de qualquer convidado a participar numa entrevista/debate televisivos, porque também interessa fixar os telespectadores à emissão. A isto junta-se o capital de notoriedade que cada um apresenta como condição mínima de acesso aos *plateaux* televisivos. Nesta conjuntura, o grupo dos seleccionáveis não será muito extenso. Todavia, julgamos possível promover mais diversidade entre os convidados a quem se entrega esse selectivo bilhete de entrada para os *plateaux* televisivos. Convinha também promover um maior equilíbrio ao nível do género. Num dos seus livros, Victoria Camps (1998) anunciava que o século XXI será das mulheres. Em 2006, *Grande Entrevista* apenas teve uma mulher; *Prós e Contras* somou pouco mais de uma dezena de mulheres num palco onde semanalmente cabiam,

¹³ Numa investigação que fez sobre os debates políticos promovidos na RTP, Nilza Moutinho (2002: 105-6) lembra o debate que ocorreu, a 6 de Novembro de 1975, entre Álvaro Cunhal e Mário Soares. No programa *Responder ao País*, os dois líderes debateram durante cerca de três horas e meia, havendo apenas um intervalo. Cunhal falou 1h38m e Soares 1h40m. Nos anos 90, nenhum programa televisivo se atreveria a repetir o formato dessa emissão.

pelo menos, quatro convidados. Esse *glass ceiling* (tecto de vidro) que bloqueia o acesso das mulheres a lugares de topo está na estrutura social, mas a TV tende, por vezes, a exacerbar essa conjuntura.

Notas Finais

Serão muitos os desafios que se colocam à TV em 2007: TV digital, concretização da nova Lei da Televisão e da nova Lei de Reestruturação do serviço público de rádio e televisão, redescoberta de novos formatos de entretenimento, aposta em novas caras para apresentar programas âncora... No entanto, pela nossa parte, atenderemos, de forma particular, a determinados aspectos:

- Às comemorações do meio centenário da RTP. O que será feito para assinalar os 50 anos da TV em Portugal? Que memória permanece? Que desafios se abrem?
- Ao cumprimento da Lei de TV no que diz respeito aos canais generalistas. Poderá um canal privado, mas de concessão pública, ter um horário nobre preenchido apenas por telenovelas? Poderá um noticiário albergar todos os outros géneros jornalísticos para justificar o que não se faz na franja horária nocturna?
- À aposta na Internet. As estações de televisão tardam a chegar ao *on line*. De quanto tempo precisam ainda para perceber que a TV pode estar num ecrã de computador? De quanto tempo precisam para perceber que os telespectadores não se contentam com comunicações unidireccionais?
- À consolidação dos canais por cabo. A SIC Notícias (em Lisboa) e a RTPN (no Porto) são projectos válidos que necessitam de meios (humanos e técnicos) para se desenvolverem. A SIC Notícias não pode viver com as migalhas da SIC generalista e a RTPN encontra grande parte da sua idiossincrasia por estar situada fora de Lisboa. Estes e outros projectos análogos necessitam de se constituírem como verdadeiras apostas por parte dos grupos onde se integram.
- À diversidade de temas e de convidados na informação. A política e os políticos não reúnem todo o interesse público daquilo que se noticia e/ou discute. A sociedade estrutura-se por outros campos e lugares que merecem um olhar jornalístico.

Bibliografia

Bourdieu, Pierre (1997). *Sobre a Televisão*. Oeiras: Celta.

Camps, Victoria (1998). *El Siglo de las Mujeres*. Madrid: Ed. Cátedra.

Lopes, Felisbela (2005). “*Uma Década de Televisão em Portugal (1993-2003) Estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas*” Tese de doutoramento apresentada na Universidade do Minho, Dezembro.

Lopes, Felisbela (2006). *Dos excessos da TV generalista: retratos da informação semanal emitida em horário nobre*. Conferência da Entidade Reguladora da Comunicação Social, Universidade do Minho.

Sánchez Noriega, José Luis (1997). *Crítica de la Seducción Mediática*. Ed. Tecnos.

Sena, Nilza Mouzinho (2002). *A Interpretação Política do Debate Televisivo: 1974/1999*. Universidade Técnica de Lisboa.

Sousa, Judite (2002). *Olá Mariana: O Poder da Pergunta*. Oficina do Livro.

Legislação

Lei nº2/2003, de 22 de Agosto.

Lei nº 2/2006, de 14 de Fevereiro.

Anteprojecto de Proposta de Lei da Televisão .

Proposta de Lei sobre a Reestruturação da Concessionária do Serviço Público de Rádio e de Televisão.

Deliberações da Entidade Reguladora da Comunicação Social

1-L/2006, 20 de Junho.

6-Q/2006, 27 de Julho.

1-I/2006, 6 de Dezembro.

Jornais

“Diário de Notícias”, 17 de Fevereiro de 2006.

“Público”, 4 de Março de 2006.

“Diário de Notícias”, 11 de Abril de 2006.

“Jornal de Notícias”, 8 de Maio de 2006.

“Diário de Notícias”, 19 de Maio de 2006.

“Jornal de Notícias”, 6 de Julho de 2006.

“Diário de Notícias”, 8 de Agosto de 2006.

“Público”, 20 de Agosto de 2006.

“Diário de Notícias”, 8 de Setembro de 2006.

“Diário de Notícias”, 25 de Setembro de 2006.

“Diário de Notícias”, 14 de Novembro de 2006.

“Público”, 23 de Novembro de 2006.

“Diário de Notícias”, 8 de Dezembro de 2006.

“Correio da Manhã”, 13 de Dezembro de 2006.

Cronologias

13 de Janeiro: estreia, na RTP1, *Bocage*, série de ficção histórica de oito episódios que assinala as comemorações do bicentenário da morte do poeta.

16 de Janeiro: estreia, na SIC, *Contacto*, um programa que vai para o ar nas tardes de segunda a sexta-feira, apresentado por Rita Ferro Rodrigues, Nuno Graciano e Cláudia Semedo.

11 de Fevereiro: estreia, na RTP1, *Dança Comigo*, um formato austríaco produzido pela Endemol.

17 de Fevereiro: a Alta Autoridade para a Comunicação Social é extinta com a tomada de posse dos membros da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

20 de Fevereiro: a SIC estreia nova imagem para a informação: novo estúdio, novo grafismo, novos genéricos.

6 de Março: estreia, na SIC, o *Programa da Manhã*, apresentado por Pedro Mourinho e Vanessa Oliveira. O programa ocupa a faixa horária entre as 7h00 e as 10h00, substituindo a programação infantil.

6 de Março: estreia, na SIC Notícias, *Estado da Arte*, um programa quinzenal de opinião a cargo de Paulo Portas e com moderação da jornalista Clara de Sousa.

6 de Março: estreia, na TVI, a novela portuguesa *Fala-me de Amor*.

31 de Março: estreia, na SIC, *Floribella* com um *making-off* às 19h00 e o primeiro episódio depois do *Jornal da Noite*. A TV emitiu *Morangos com Açúcar* a partir das 18 horas, interrompeu para o *Jornal Nacional* e regressou à série juvenil em horário nobre, a partir das 21 horas. Nas grelhas estava anunciado o resumo diário do *Circo das Celebridades*.

2 de Abril: a jornalista e editora de política da Antena 1 substitui Ana Sousa Dias na moderação d' *As Escolhas de Marcelo*.

3 de Abril: estreia, na RTP1, *Em Família com... Fernando Mendes*, que substitui *O Preço Certo em Euros*, no horário das 19h00/20h00.

18 de Abril: o professor universitário Paquete de Oliveira toma posse como Provedor do Telespectador da RTP.

18 de Abril: a TVI transmite em directo as cerimónias fúnebres do actor Francisco Adam, de *Morangos com Açúcar*.

7 de Maio: última edição, na TVI, do *reality show* *Circo das Celebridades*.

9 de Maio: estreia, na RTP1, *Em Reportagem*, com um trabalho intitulado “*Órfãos de Pátria*”.

14 de Maio: estreia, na TVI, *O Meu Odioso e Inacreditável Noivo*, mais um *reality show* para ocupar as noites de domingo, apresentado por Júlia Pinheiro. O programa relata os preparativos para um casamento de conveniência entre um noivo inconveniente e uma rapariga normal.

19 de Maio: estreia, na SIC, *Aqui Não Há Quem Viva*, a *sitcom* que concorre com o *Gato Fedorento*, da RTP1.

20 de Maio: estreia, na SIC, *O Pior condutor de sempre*, um concurso apresentado por Bruno Nogueira.

17 de Junho: final de *Dança Comigo*, que se realiza em directo do Campo Pequeno, em Lisboa.

18 de Junho: estreia, na TVI, *Tempo de Viver*, uma novela produzida pela NBP.

17 de Julho: a Autoridade Nacional das Comunicações (Anacom) anuncia ter renovado as licenças da SIC e da TVI em sistema analógico por mais 15 anos.

27 de Julho: a RTP apresenta a RTP MOBILE, um canal de televisão concebido para ser transmitido em terminais móveis equipados com tecnologias 3G e disponível nas três operadoras portuguesas.

20 de Agosto: Eduardo Cintra Torres publica o seu polémico artigo “*Como se faz censura em Portugal*”.

21 de Agosto: a RTP anuncia que vai processar juridicamente o crítico de televisão Eduardo Cintra Torres, na sequência de um artigo escrito no “Público” no qual se acusa a televisão pública de receber instruções do gabinete do primeiro-ministro e “*censurar*” a cobertura dos incêndios deste Verão.

2 de Setembro: estreia, na SIC, *Exclusivo*, um programa de entrevistas feitas por Bárbara Guimarães e o actor Ricardo Pereira a pessoas que integram a programação da SIC.

11 de Setembro: a RTP1 reduz o tempo do *Telejornal* para uma hora, incluindo o intervalo.

13 de Setembro: os directores de programação dos três canais generalistas assinam um acordo de auto-regulação sobre os conteúdos televisivos que entrará em vigor dia 2 de Outubro e que visa a aplicação de um sistema de classificação de conteúdos televisivos com recomendação etária de visionamento.

16 de Setembro: estreia, na RTP1, *A Voz do Cidadão*, o programa do Provedor do Telespectador.

19 de Setembro: o subdirector de Informação da RTP Carlos Daniel demitiu-se. Com ele, saíram também dois editores: Hélder Silva e Sandra Sá Couto.

19 de Setembro: estreia de Júlio Isidro à tarde, na condução do *Portugal no Coração* da RTP1 (no lugar de José Carlos Malato e ao lado de Merche Romero).

19 de Setembro: estreia de *Jura*, a segunda novela portuguesa da SIC na era Francisco Penim-Teresa Guilherme.

19 de Setembro: estreia da quarta série de *Morangos com Açúcar*, na TVI.

29 de Setembro: arrancam as emissões do Porto Canal.

2 de Outubro: estreia, na TVI, *Clube Morangos*, emitido a partir do edifício do “Diário de Notícias”, na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

7 de Outubro: a SIC promove *A Parada* de aniversário da estação nas ruas de Lisboa, um especial de seis horas em directo da Avenida da Liberdade. A RTP1 apresentou como alternativa uma programação de solidariedade, com *A Ca(u)sa dos Artistas*.

8 de Outubro: estreia, na TVI, *Canta por Mim*.

23 de Outubro: estreia, na TVI, mais um *reality show* tipo novela da vida real: *Pedro, o Milionário*.

26 de Outubro: estreia, na TVI, a telenovela *Doce Fugitiva*.

26 de Outubro: a Prisa lança uma Oferta Pública de Aquisição voluntária sobre a totalidade das acções da Media Capital a 7,4 euros por acção.

29 de Outubro: estreia, na RTP1, *Diz Que É Uma Espécie de Magazine*, um programa com doses de humor assinadas pelos "Gato Fedorento" e pelas Produções Fictícias.

10 de Novembro: estreia, na TVI, a telenovela *Tu e Eu*.

16 de Novembro: o canal SIC Notícias é oficialmente lançado nos Estados Unidos.

16 de Novembro: o Conselho de Ministros aprova uma proposta de lei para reformular a Lei da Televisão e outra para reestruturar a concessionária de serviço público de rádio e de TV.

17 de Novembro: estreia, na TVI, o *reality show* *Doutor, preciso de ajuda*.

18 de Novembro: estreia, no *Jornal da Noite* da SIC, "Perdidos e Achados", reportagens que recuperam casos antigos noticiados pela SIC.

17 de Dezembro: chega o fim *Herman SIC* com uma edição especial no circo, depois de sete anos de emissões.